

# Leis&Letras

## A narrativa das cenas amazônicas de Inglês de Sousa

Marcus Vinnicius C. Leite\*

**U**m certo dia, Inglês de Sousa procurando, num “sebo”, o seu romance *História de um Pescador*, ouviu do velho alfarrabista a informação de que o livro era uma raridade bibliográfica. Ele o informou que a obra fora escrita por um médico italiano de São Paulo, um tal de Luís Dolzani. O escritor paraense perguntou que fim levou esse Luís Dolzani. O livreiro respondeu que ele morreu há muito tempo... Como se sabe, Inglês de Sousa assinou todos os seus romances com o pseudônimo de Luís Dolzani, que era o sobrenome de sua avó materna (Carlota Dolzani). Este acontecimento é paradigmático do destino infeliz que se apossou da obra do intelectual paraense: não tendo quase nenhuma repercussão no seu tempo, hoje é ainda mais desconhecida — com exceção do romance *O Missionário*. Quem é, então, Herculano Marcos Inglês de Sousa? O que ele produziu? Qual é sua importância para a região Amazônica?

Inglês de Sousa nasceu na cidade de Óbidos, às margens do Amazonas, em 28 de dezembro de 1853. Fez sua formação básica em São Luís e no Rio de Janeiro e, em 1871, entrou na Faculdade de Direito de Recife. Os anos de faculdade foram de intensa vivência intelectual, principalmente na leitura de romancistas franceses (Balzac, Flaubert etc.) e nas idéias do jurista Rodolf von Ihering. Com a mudança do seu pai (Marcos Antonio Rodrigues de Sousa) para Santos, ele

se transfere para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde finaliza seu curso — em 1876. É em Santos que o escritor produz e publica suas obras. Será editor de vários jornais liberais, nos quais, através de folhetins, dá conhecimento ao público de sua produção literária. Exerce atividade política como Deputado Provincial, em São Paulo

Acervo Dainis Karepovs



*Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853 – 1918)*

\* Professor da Universidade da Amazônia - PA, doutorando em Ciência Socioambiental – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará. Autor de *Cenas da Vida Amazônica. Ensaio sobre a narrativa de Inglês de Sousa* (Belém: UNAMA, 2002). (marcusvleite@aol.com).

(durante duas legislaturas, de 1880 a 1883), e depois como presidente de duas Províncias (Sergipe e Espírito Santo). Em 1890, deixa a política para se dedicar à carreira de advogado. Dois anos depois, transfere-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde ganha a notoriedade com jurisconsulto, lecionando na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, e como literato ao participar da fundação, como o primeiro tesoureiro, da Academia Brasileira de Letras. Exerce, também, a direção daquela Faculdade e a presidência do Instituto dos Advogados do Brasil (1907). Falece no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1918.

A produção intelectual de Inglês de Sousa se restringe a cinco obras literárias e algumas de direito (principalmente comercial). Ainda em Recife, ele escreveu *O Cacaúlista*, que seria publicado em folhetins no *Diário de Santos* em 1876, junto com alguns contos que seriam reunidos, em 1893, nos *Contos Amazônicos* — editados no Rio de Janeiro. O romance *História de um Pescador* saiu no mesmo ano daquele escrito no Nordeste, só que impresso pela gráfica da *Tribuna Liberal* de São Paulo. O *Coronel Sangrado*, mesmo já tendo seu anúncio de publicação em 1877, só foi editado em 1882 em São Paulo. A sua mais conhecida obra literária, *O Missionário*, só ganhou notoriedade após a segunda edição, com o prefácio do crítico Araripe Júnior, em 1899 (a primeira edição foi em Santos em 1891). De seus trabalhos jurídicos destacam-se *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro* (1898) e o *Projeto do Código Comercial* (1912).

Contudo, a síntese de seu pensamento jurídico pode ser encontrada na conferência à colação de grau dos alunos da Faculdade de Direito do Rio, em 1910 — publicada na *Revista Americana*, em fevereiro de 1911. Nesta palestra, ele apresenta a necessidade de procurarmos um *outro direito*, pois “o mundo não é mais romano”. Ainda nesta conferência, defende o divórcio, pois “a família, liberta dos preconceitos da superioridade do homem [...] tende a reorganizar-se sobre os fundamentos do amor e do consentimento recíproco”.

A importância da obra artística de Inglês de Sousa para a

Amazônia está na sua capacidade de plasmar as relações sociais e históricas que se entrelaçam na forma literária. Na *História de um Pescador*, podemos ver o primeiro esboço de “luta de classe” na ficção brasileira — de um tapuio contra um potentado local —, expressa na forma social da *fantasmagoria da dívida*. N’*O Cacaúlista* e *O Coronel Sangrado*, temos a radiografia da *formação de compromisso* que argamassa a sociedade local através da rede clientelística.

### A RECEPÇÃO DA OBRA INGLESIANA PELA CRÍTICA LITERÁRIA

Em meados da década de 1940, a crítica mineira Lúcia Miguel Pereira publicou um artigo no *Correio da Manhã* sobre a obra do escritor Inglês de Sousa. Nele, ressaltou o destino infeliz que se assenhoreou dos três primeiros romances do autor: *O Cacaúlista*, *História de um Pescador* e *O Coronel Sangrado*, que formam o ciclo das *Cenas da Vida do Amazonas*. Os três romances não tiveram, no seu tempo, repercussão merecida, assevera a crítica mineira, talvez por não haver ainda um ambiente literário para recebê-los, pois foram eclipsados pelo alvorecer da escola naturalista<sup>1</sup>. Os romances foram escritos a partir dos cânones realistas — os primeiros na ficção brasileira, segundo Lúcia M. Pereira — e não lançaram mão dos tiques e das fórmulas tão típicas daquela escola. Em termos de composição, estariam mais próximos de Flaubert do que de Zola. Não falavam em hereditariedade,



Casa de Inglês de Sousa em Óbidos (1996)

não recorriam a dogmas científicos, portanto não eram bastante modernos para o seu tempo e não mereceram a reedição — diz a autora.

A citada intérprete considerou a obra de Inglês de Sousa, no seu conjunto, um documento social de grande valor, na medida em que buscava retratar as condições da região amazônica, o que já transparece no subtítulo dado aos livros, “Cenas da Vida do Amazonas”. No romance *História de um Pescador*, ela vê “a nossa primeira obra de ficção em que se esboça a luta de classe — a revolta do tapuio contra o proprietário que o explora”<sup>2</sup>. Contudo, acrescenta que este era ainda literariamente fraco e com um tom panfletário. Em relação aos dois outros romances, Lúcia Miguel Pereira os julga de melhor qualidade literária, pois neles o autor alcança um dos ideais dos romancistas: resumir o geral no particular. “Através de Óbidos, reflete-se toda a existência das vilas de província durante o império”<sup>3</sup>. Finaliza seu artigo afirmando que, com estes três romances, Inglês de Sousa introduz no movimento literário brasileiro o romance social, ao fixar o conteúdo social de sua região.

A importância da interpretação feita por Lúcia M. Pereira do citado ciclo romanesco pode ser percebida, por um lado, na sua sagaz constatação da falta de elementos da escola naturalista, na qual a história da literatura brasileira insiste em enquadrar a obra de Inglês de Sousa, numa repetição constante; por outro, na sua inserção na tradição dos romances sociais, fundada pelos literatos franceses na década de 1830<sup>4</sup>. Os seus comentários vieram quebrar um círculo vicioso que sempre depositou os romances de Inglês de Sousa numa senda pela qual escorrem as mesmas imagens, a saber, de regionalista e de naturalista.

A primeira manifestação da crítica literária que constrói essa tradição partiu de Sílvio Romero, famoso protagonista do movimento do Recife e crítico literário. Na sua *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1888, Inglês de Sousa é citado através do pseudônimo Luís Dolzani, com o qual assinava os seus romances. Romero considera o moderno naturalismo no romance brasileiro como um produto do “movimento do Norte”, que possuía em suas fileiras “o distinto escritor Franklin Távora e o esperançoso Luís Dolzani”<sup>5</sup>. Com essa primeira avaliação, inicia-se um processo de transmissão daquelas imagens nas interpretações ulteriores, as quais configuraram a percepção que nos chegou sobre a obra de Inglês de Sousa. Contudo, sua sedimentação só se cristaliza com

a ressonância obtida pela publicação da segunda edição do *Missionário*. É este romance que entrará como “o” representante do trabalho ficcional do escritor paraense no “museu” da história literária. Ao examinar este romance, não podemos deixar de observar que, se, por um lado ele permitiu uma leitura a partir dos pressupostos do naturalismo, por outro, é possível empreender leituras rompendo com essa interpretação. É necessário fugir da classificação, que subsume as obras literárias a partir de características definidas *a priori*.

A questão do regionalismo éposta como o vetor que costura a obra de Inglês de Sousa, pelos comentários de Lúcia M. Pereira, ou, mais precisamente, a representação das condições sociais da região amazônica. Esta tendência é fundante na tradição da prosa brasileira que, segundo Antonio Cândido<sup>6</sup>, nasceu “regionalista e de costumes”, com uma ânsia em tatear a topografia e em expressar literariamente o espaço geográfico do país. Talvez, sustenta Cândido, o legado dos romances oitocentistas seja menos em representar tipos, enredos e peripécias do que tornar literárias certas regiões, fazendo com que a seqüência narrativa, ao fixar-se no ambiente, torne-a quase escrava dele. Aqui está talvez o critério que pautou quase toda a crítica literária da época até a primeira metade do nosso século, a saber: a procura da verossimilhança nas narrativas dos romances, assevera Cândido. Isso pode ser visto na resenha que José Veríssimo, crítico e conterrâneo do escritor, escreveu sobre *O Missionário*. Considerando-o um dos melhores romances da prosa ficcional brasileira, apresenta, contudo, uma ressalva: “a desproporção entre o assunto e o desenvolvimento que lhe deu o autor”<sup>7</sup>, o que se justifica com o comentário de que o drama é acanhado em comparação com o “cenário” e que o “painel” se expõe muito dilatado em relação à “pintura”, levando ao excesso, à minúcia de descrições e à ampliação de episódios. Mas, continua Veríssimo, tudo isso tende a desaparecer na fluência da narrativa e na excelente descrição do caráter das personagens. Mais adiante, ele ressaltará que o romance é um quadro vivo e exato da vida amazônica e, também, uma representação de um aspecto moral desta vida. Porém, “um quadro cuja realidade tenha sido, muito ao de leve, embora, diminuída pela pintura de memória”<sup>8</sup>. O critério de verossimilhança era complementado, para certos críticos, com a adequação aos princípios de nacionalidade de sua representação. Isto é, identificar a *cor local* nas narrativas em oposição à influência alienígena. Independentemente disso,

o regionalismo foi um fator determinante na autonomia literária brasileira, atesta Cândido.

Segundo o historiador paraense Vicente Salles, a explicação da capacidade do autor em apresentar uma ampla visão acerca da região amazônica, mesmo tendo dela se afastado já na sua adolescência e nunca mais retornado, está na influência da figura do seu pai, juiz de Direito no Baixo Amazonas, Marcos Antônio Rodrigues de Sousa. É muito difícil que Inglês de Sousa tenha construído os seus romances a partir da memória de infância e, se o fez, decorre “mais por informação do que por vivência”<sup>9</sup>. A proposição do historiador é que o pai de Inglês de Sousa possibilitou os argumentos, a partir de suas memórias, para os romances. A riqueza do vocabulário, dos usos e costumes, só poderia ter sido gerada por alguém que tenha vivido cotidianamente aquela realidade. Por isso, a obra do autor permite estudos sobre a “linguagem popular e do folclore da região, identificando-se vertentes indígenas e negras”<sup>10</sup>.

Entretanto, entendemos que o *regional* em Inglês de Sousa não é a representação do particular, do típico e do pitoresco. Sérgio Buarque de Holanda já afirmava que não existe algo mais distante de Inglês de Sousa do que o “gosto do documento folclórico e regional que já então era obsessivo em nossos novelistas”<sup>11</sup>. Como indicou Lúcia M. Pereira, sua obra resume o geral no particular, além de inseri-lo na tradição do romance social. Esta tem como característica marcante a definição social dos personagens, que possibilita sua leitura universal. Esta mesma sensibilidade pode ser comprovada no escritor paraense, como afirma a crítica mencionada, ao esboçar no entrecho de *História de um Pescador* luta de classes. Ele destoa dos seus companheiros coetâneos de letras, ao expressar vários motivos como o conflito social. Mesmo com a publicação, na década de 1960, de uma coletânea dos textos de Inglês de Sousa, organizada por Bela Josef, e a reedição d’O *Coronel Sangrado* (1968) e, posteriormente, O *Cacaúlista* (1973), pela editora da Universidade Federal do Pará, não tivemos um maior conhecimento sobre sua produção literária. Talvez, com a recente edição destes

romances esgotados, respectivamente em 2003 e 2004, pela mesma editora — somado com a edição em 2004 dos *Contos Amazônicos* pela Martins Fontes — possamos ter uma retomada dos estudos sobre sua obra<sup>12</sup>.

### A FORMA SOCIAL AMAZÔNICA E A NARRATIVA INGLESIANA

Ao estudar os mecanismos de dominação sobre os índios do rio Putumayo na Amazônia colombiana, o antropólogo Michael Taussig tem a leitura de que “não eram os rios que aglutinavam a bacia amazônica em uma unidade, mas que esses incontáveis laços de débitos e créditos se enrolavam em torno das pessoas”<sup>13</sup>. Nesse espaço social e natural, que é a região amazônica, o comércio da mão-de-obra era praticado a partir do entendimento de que o credor de um trabalhador poderia *vendê-lo* a outro. Esse “vender” não se refere à força de trabalho, que formalmente não existia, mas à dívida, o débito do peão com o seu patrão. Dito de outro modo, o sistema de endividamento repousa na *aparência* de um comércio, no qual o devedor não é escravo nem trabalhador assalariado, mas “um comerciante, sujeito à ferrea obrigação de pagar adiantadamente”<sup>14</sup>. Desta forma, o comerciante ou patrão prende o seu freguês numa *realidade fictícia*, constata o antropólogo.

Taussig dá-nos uma sagaz interpretação das relações sociais na Amazônia quando identifica a dívida ou a relação entre crédito e débito como a forma social predominante nesta região. Contudo, discordamos dele quando a denomina de uma “realidade fictícia”. Buscaremos construir os nossos argumentos através da apresentação da forma literária de Inglês de Sousa, principalmente



*A cidade de Óbidos, em desenho de Rudolf Riehl*

Acervo Dainis Kerepovs

na *História de um Pescador*. Consideramos que o romance plasmou essa problemática a partir de várias pistas, deixadas desintencionalmente. Apresentemos a questão no romance.

Assim que o tapuio José chegou à fazenda de Fabrício, este se aproximou com “ar falsamente jovial” e, batendo-lhe no ombro, disse: “— Ara muito bem, seu José, gostei da sua história. Fez muito bem em ter vindo trabalhar para pagar as dívidas do seu pai”. O rapaz mostra-se admirado com as palavras do fazendeiro, que, notando sua expressão, continua com volubilidade:

“— Como! Pois não sabe que o Anselmo era meu devedor? Eu podia ficar com o sitio, que não vale nada, mas tenho pena de vocês, e prefiro que você trabalhe para pagar-me. [...] Olhe, agora mesmo estou para levantar uma casinha, e preciso de madeira. Vá cortar-me cem esteios para começar.”<sup>15</sup>

O narrador, ao construir o encontro do capitão Fabrício com José, molda-o indicando as intenções astuciosas, que, em gestos sorrateiros (“falsamente jovial” e volúvel), armam o *bote* ao rapaz. O capitão escorregadiamente impinge em José a marca de uma *herança de dívidas*. E, a partir dela, instaura-se como o credor. Esse mesmo ato pressupõe a existência de um devedor que não é outro senão o herdeiro da dívida, José. O que legitima esses papéis de credor e de devedor? Não se trata de simples posições individualizadas, eles têm um caráter de exemplaridade na sociedade amazônica.

O que a forma literária de Inglês de Sousa problematiza é a posse da condição de trabalhador livre da personagem José, que é reprimida, cerceada pela existência de uma obrigação moral de saldar uma dívida e atender aos pedidos do capitão. Este “constante mourejar”<sup>16</sup> canaliza, diariamente, os esforços de José para satisfazer os desejos do capitão, que via perder progressivamente a sua liberdade.

Nas situações clássicas de dependência pessoal, as relações se assentam numa troca direta, isto é, o dependente tem consciência que está cedendo um produto para o seu senhor. No caso da relação de dependência na Amazônia oitocentista, temos um elemento obliterante, a saber, a *dívida*. Esta é a cadeia à qual a personagem José está apeada. No romance, ela é o índice da especificidade da organização do trabalho na região-palco, na qual é encenada a obra de Inglês de Sousa. Ela é configuração de uma formação socioeconômica

de transição, pois a personagem do pescador não se configura como mão-de-obra em relações de trabalho compulsórias (escravista), nem nos moldes do modo de produção capitalista, que exige um mercado de trabalho, no qual a força de trabalho está separada de seus meios de produção e de sobrevivência. Na medida em que não existe naquela região àquele tempo, formalmente estruturada, o domínio pela propriedade territorial, a terra apresentava-se livre. Portanto, a dominação desloca-se para outras formas de organização/coerção da força de trabalho, no caso, a dívida. Esta situação ambígua produz uma condição, na qual a personagem sofre, por um lado, a dependência pessoal das classes dominantes, por outro, não transfere de forma direta os frutos do seu trabalho. Para que isso aconteça, é necessário que se instaure uma relação mistificada, que permita dominá-la e extrair o seu trabalho excedente. À forma desta relação chamamos de *fantasmagoria da dívida*.

Nas interpretações da sociedade amazônica, focaliza-se o sistema de avimento, como “senha de identidade”<sup>17</sup>, estruturado como uma “ideologia”<sup>18</sup> ou transação mercantil fictícia, que encobre uma forma de exploração “paternalista”<sup>19</sup>. Porém, independente de suas várias caracterizações, ele é um sistema do adiantamento de mercadorias a crédito, no qual o comerciante ou patrão avia bens de consumo ou instrumento de trabalho para um camponês que, ao contrair tal dívida, paga com produtos extractivos ou agrícolas. Os vários estudos que tiveram como foco as relações de produção na Amazônia sempre enxergaram esse sistema, desde seu apogeu na economia da borracha até na contemporaneidade, “mascarado” por uma dupla face: trocas mercantis, sugadoras do trabalho excedente para o mercado mundial capitalista e relações de dependência pessoal.

O sociólogo Carlos Teixeira, ao abordar o avimento no seringal do município de Humaitá (AM) a partir da análise das relações sociais que são construídas para arrancar o trabalho excedente dos extractores da borracha, apresenta-nos a *dívida de barracão* como resultado da manipulação ideológica de categorias mercantis como o débito e o crédito, sendo usadas “menos que a expressão de um balanço real, acima de tudo um recurso destinado a reter a mão-de-obra”<sup>20</sup>. O barracão na Amazônia tem, portanto, um caráter comercial (econômico) e representa uma instituição social (espaço de convivência e de costumes e formador de uma ética social). Contudo, seu elemento caracterizador, a *contabilidade* é mais ilusória do que real.

Concebe Teixeira a necessidade de se estudar a dívida “enquanto instrumento de coerção”<sup>21</sup>, isto é, busca compreender o significado da dívida como instrumento de controle. O endividamento do seringueiro possui sua expressão contável (*haver/ativo versus dever/passivo ou saldo credor versus devedor*), mas é ideológica, pois ela não passa de uma forma aparente, uma expressão de manipulação, na medida em que cria uma convicção do seu natural resgate pelos seus participantes. Estes acreditam que estão envolvidos numa verdadeira relação mercantil e não numa relação espoliativa. A dívida, como mecanismo contábil, criava no trabalhador a idéia de que, trabalhando muito, ele poderia obter saldo para pagá-la e até acumular algum dinheiro. A dívida só formalmente expressaria uma relação fundada na troca de equivalente, pois nas relações sociais entre seringueiros e seringalistas ela se apresenta como um elemento da “ideologia do aviamento”<sup>22</sup>. A ideologia é expressão da relação necessária entre formas *invertidas* de consciência e a existência material dos homens. Ela é uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Portanto, para superá-la, dando consequência ao comentário de Teixeira, bastaria mostrar o processo que a dívida esconde, a saber, as trocas desiguais. É neste sentido que a personagem padre Samuel explica a situação de endividamento de José junto ao capitão Fabrício. Vejamos.

A cabeça de José ruminava umas idéias: “Sacrificar a felicidade da minha vida inteira! Eu que tenho trabalhado tanto, [...] por causa de um *dever*, suposto talvez...”<sup>23</sup>. Na busca de solucionar este conflito interior, resolve José procurar o seu padrinho, o padre de Alenquer (cidade do Estado do Pará), Samuel.

Após contar seu drama, José escutou as palavras de padre Samuel em tom de censura:

“Que elle fizesse isso com teu pai que era um homem ignorante, vá, mas que tu, um rapaz que mandei educar, um rapaz que sabe lêr, escrever e contar, te deixes enganar pelo capitão Fabricio...! [...] Por que não tomas nota de tudo que dás ao capitão, pedindo-lhe que faça um *preço*? Assim breve te verás livre dessa divida que te acabrunha.”<sup>24</sup>

Ouvindo essas palavras, o pescador sentiu-se tomado de vergonha, porém passageira em comparação ao seu estado de alegria pelo peso que o seu padrinho havia tirado, comenta o narrador.

A explicação do padre Samuel a José pode ser considerada a tentativa de expor a sua atenção ao funcionamento da economia mercantil. Ele pede a José que dê um preço ao seu trabalho (monetarize sua força de trabalho). Em outras palavras, padre Samuel, o representante do esclarecimento em meio à floresta equatorial, quer introduzir José no jogo do mercado, no qual o preço assume a expressão aparente de um equivalente.

Deixemos de lado o discurso esclarecido do padre e destaquemos uma observação dele: José, mesmo educado, sabendo contar, não consegue escapar das astúcias de Fabrício. O narrador já havia chamado a atenção sobre este paradoxo: “se por um lado a educação [...] lhe facilitava o salvar-se das astacias habituais dos regatões, [...] por outro lado o capitão Fabricio absorvia todo o producto dos seus esforços”<sup>25</sup>. Como interpretar este paradoxo? Tentemos uma resposta que, também, contribuirá para o deciframento da fantasmagoria da dívida.

Os regatões na sociedade amazônica são os suportes do capital comercial. E, como tais, estão submetidos à lei do movimento deste capital: “Comprar barato, para vender caro”<sup>26</sup>, pois só pode extrair seu lucro do preço das mercadorias que vende. O lucro obtido desta venda é igual à diferença entre o preço de compra e o de venda. Para efetivar este movimento, utilizam-se o logro e a trapaça para auferir maiores lucros. Os regatões estabelecem com os camponeses um intercâmbio de mercadorias, por exemplo: meios de produção ou produtos supérfluos por produtos extractivos, no qual objetivam apoderar-se do trabalho excedente em decorrência da diferença entre o preço de venda e o de compra. Contudo, não se utilizam de nenhum artifício para a obtenção dos produtos, somente estimulam a necessidade do produtor direto para as suas mercadorias, o que os levará a permutar pelos produtos de seu trabalho. O mesmo não acontece com o proprietário Fabrício, que se utiliza do instrumento da sujeição da vontade do trabalhador José para apropriar-se do sobretrabalho em benefício da sua acumulação. Façamos um confronto desta questão com o estudo de Leonarda Musumeci sobre o camponês de fronteira no Estado do Maranhão, no final da década de 1970, no qual temos a apresentação, sob uma outra abordagem, da mesma problemática.

Musumeci pergunta: “como se explica a subordinação do pequeno produtor ao ‘capital mercantil-usurário’ [categorização do patrão] num contexto em que dispõe da terra e dos meios de produção”?

A maioria dos estudos que tentam responder a tal questão deixam de fora “os aspectos extra-econômicos das relações de patronagem”<sup>27</sup>. A autora chama de patronagem a complexa política de relações sociais, que envolve negociações, troca de favores e a cooperação, até o recurso à violência aberta. O ponto chave na relação patrão/freguês é “a confiança recíproca, ou pelo menos um relativo equilíbrio dos interesses mútuos, nem sempre fácil de se obter e de se reproduzir”. Estas relações são baseadas numa sociabilidade, na qual o compromisso moral é mais privilegiado do que as obrigações contratuais (jurídico-legais). Portanto, a representação do vínculo de patronagem é “‘pacto de reciprocidade’”<sup>28</sup>.

Nessa relação, espera-se do patrão a generosidade no atendimento das demandas pecuniárias dos fregueses. Ele deve considerar o freguês “como ‘pessoa’ (vizinho, amigo, parente, compadre, afilhado...) e não como ‘indivíduo’, a ele vinculado apenas por uma obrigação contratual e por um interesse específico”. Da parte do freguês, naquela relação, espera-se que responda à generosidade e à tolerância do patrão com a fidelidade e respeito, atitudes que se traduzem, materialmente, com o pagamento das dívidas. Temos, afirma Musumeci, “um vínculo sustentando na ideologia da reciprocidade, mas não propriamente da reciprocidade horizontal, supondo indivíduos ou grupos colocados em posições perfeitamente simétricas”<sup>29</sup>. A autora define tal reciprocidade num tipo de vínculo que parece reproduzir aquilo que Maria S. de Carvalho Franco chama de “obrigações entre pais e filhos, essa ambivalente relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos que não se vêem como essencialmente diferentes mas como potencialmente iguais”. Sem o monopólio da terra ou de

outros meios de produção, só resta ao patrão construir uma rede de fidelidade afetiva com o produtor. O objetivo é prender o maior número de lavradores como dependentes de um único patrão, que somente é alcançado com a construção da rede de reciprocidades.

O paradoxo apontado pelo narrador de *História de um Pescador* e pela personagem do padre Samuel só existe para quem fica preso à transparência das relações econômicas. E, por isso, é estranho que, na relação com os regatões, José se saia bem e o mesmo não ocorra em relação a Fabrício. Enquanto naquela relação, os regatões, como “veículo de troca mercantil”, não exercem nenhuma coerção fantasmagórica, na relação com o capitão temos a mediação da dívida que serve como *nexo de ofuscação*<sup>30</sup> das relações sociais no contexto da Amazônia. Portanto, para “José o que lhe acontecia era natural”. Aquele nexo de ofuscação não o deixava ver que o “mal do Amazonas está na escravidão do trabalho, que o governo central creou com o fim de ter eleições vitoriosas”<sup>31</sup> — expõe o narrador. Aqui, como no conto “Voluntário”, a força do poder central, mediado pelos potentados locais, é a peça central na maquinaria de dominação oitocentista no Brasil.

Com os trabalhos de Carlos Teixeira e Leonarda Musumeci, podemos assinalar, nas interpretações de hoje, o lugar no qual se apresenta o enigma plasmado na forma literária de Inglês de Sousa. Enquanto Teixeira enfatiza o elemento ideológico da dívida, Musumeci desvenda a importância da coesão extra-econômica representada pela patronagem e o pacto de reciprocidade. Com efeito, temos novas expressões para aquela forma social amazônica, a fantasmagoria da dívida.

## NOTAS

<sup>1</sup> Essa escola tinha como características impor o exame do homem como se fosse um animal de laboratório e evocava o meio só para explicar as reações das personagens; seu grande divulgador foi Emile Zola, que as summarizou no trabalho *O Romance Experimental*, de 1880. No Brasil, Aluísio Azevedo foi o grande vulgarizador dessa escola, com o livro *O Mulato*, de 1881.

<sup>2</sup> PEREIRA, Lúcia M. Inglês de Sousa versus Luiz Dolzani. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de Maturidade*. Rio de Janeiro, Graphia, 1994, p. 66.

<sup>3</sup> PEREIRA, Lúcia M. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>4</sup> Em uma entrevista dada a João do Rio, em RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro, Garnier, [s.d.], Inglês de Sousa dirá que sofreu a influência de Balzac, Dickens, Flaubert, entre outros.

<sup>5</sup> ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol. 4. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1980, p. 1187. Grifo do autor.

<sup>6</sup> CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*. Vol. 2. São Paulo, Martins, 1975, p. 114.

<sup>7</sup> VERÍSSIMO, José. Um Romance da Vida Amazônica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos Brasileiros*. 3<sup>a</sup> série. Rio de Janeiro, Garnier, 1903, p. 22.

<sup>8</sup> VERÍSSIMO, José. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>9</sup> SALLES, Vicente. Introdução. In: DOLZANI, Luiz. *História de um pescador. Scenas da vida do Amazonas*. 2<sup>a</sup> ed. Belém, FCPT/SECULT, 1990, p. 8.

<sup>10</sup> SALLES, Vicente. *Op. cit.*, p. 12.

<sup>11</sup> HOLANDA, Sérgio B. de. O Missionário. *Revista do Brasil* (3<sup>a</sup> fase), vol. 4, n. 35, maio 1941, p. 148.

<sup>12</sup> JOZEF, Bella (Org.) *Inglês de Sousa. Textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1963; SOUSA, Herculano M. Inglês de. *O Coronel Sangrado*. Belém, EDUFPA, 1968; SOUSA, Herculano M. Inglês de. *O Cacaúlista*. Belém, EDUFPA, 1973; SOUSA, Herculano M. Inglês de. *O Coronel Sangrado*. 2. ed. Belém, EDUFPA, 2003; SOUSA, Herculano M. Inglês de. *O Cacaúlista*. 2 ed. Belém, EDUFPA, 2004; SOUSA, Herculano M. Inglês de. *Contos Amazônicos*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

<sup>13</sup> TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e Homem Selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1993, p. 81.

<sup>14</sup> TAUSSIG, Michael. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>15</sup> DOLZANI, Luiz (Herculano M. Inglês de Sousa). *História de um pescador. Scenas da Vida do Amazonas*. 2<sup>a</sup> ed. Belém , SECULT, 1990, p. 34 (Edição fac-similada da 1<sup>a</sup>. Edição.). Mantendo a ortografia original.

<sup>16</sup> DOLZANI, Luiz. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>17</sup> ARAMBURU, Mikel. Aviamento, Modernidade e Pós-modernidade no interior Amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 9, n. 25, 1994, p.82-99.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal. (Estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1980.

<sup>19</sup> GEFFRAY, Christian. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne*. Paris, Karthala, 1995.

<sup>20</sup> TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Op. cit.*, p. 5.

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Op. cit.*, p. 197.

<sup>22</sup> TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Op. cit.*, p. 248.

<sup>23</sup> DOLZANI, Luiz. *Op. cit.*, p. 82. Grifo nosso.

<sup>24</sup> DOLZANI, Luiz. *Op. cit.*, p. 84-85. Grifo nosso.

<sup>25</sup> DOLZANI, Luiz. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>26</sup> MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. L. III, vol. 5. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo, DIFEL, 1985.

<sup>27</sup> MUSUMECI, Leonarda. *O Mito da Terra Liberta*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1988, p. 297 e 299. Grifo nosso.

<sup>28</sup> MUSUMECI, Leonarda. *Op. cit.*, p. 336 e 337. O pacto de reciprocidade assenta-se na relação entre forte e fraco, no qual se exerce uma pressão social e moral sobre o forte, que cria a obrigação de ajudar o mais fraco. Este pacto pode ser interpretado como uma expressão da *formação de compromisso*, ainda que reciprocidade não seja igual a compromisso. A primeira pressupõe uma implicação de troca ou permuta entre duas pessoas; a segunda implica um acordo entre litigantes de um pleito.

<sup>29</sup> MUSUMECI, Leonarda. *Op. cit.*, p. 338 e 339. Grifo da autora.

<sup>30</sup> Esta é uma expressão de Theodor Adorno. Segundo Gabriel Cohn (Diffícil reconciliação. Adorno e a Dialética da Cultura. *Lua Nova*. São Paulo, n.20, p.5-18, maio 1990), o *nexo* refere-se a uma conexão cujas articulações se consolidam e se furtam à consciência precisamente em virtude da *ofuscação*, que aqui não significa cegueira ou deslumbramento em geral, mas incapacidade de reflexão, subordinação regressiva a relações naturalizadas.

<sup>31</sup> DOLZANI, Luiz. *Op. cit.*, p. 49-50.

## PRONUNCIAMENTO DE INGLES DE SOUSA

### 39ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de abril de 1880.

**O Sr. Inglês de Sousa:** – Sr. Presidente, eu não pretendia tomar tempo à Assembléia na discussão do projeto da escola normal, no ponto em que estão os nossos trabalhos e quando está próximo o encerramento da presente sessão, tanto mais que, se não puder passar esse projeto, devemos fazer sempre alguma coisa, pois que o ensino da escola normal é uma necessidade evidente que não precisa de demonstração.

Mas, Sr. Presidente, autor de um projeto primitivo sobre o qual a nobre Comissão de Instrução Pública deu seu parecer, apresentando um substitutivo, corre-me de alguma forma o dever de justificar as idéias contidas no projeto que apresentei, tanto mais quanto foram elas censuradas na imprensa como fruto da precipitação, e da falta de exame da questão.

Corre-me o dever de justificar as restrições por mim postas no referido projeto, filhas de um sistema que me pareceu bem pensado, em relação às matérias do ensino do curso normal.

Farei, Sr. Presidente, consistir a defesa do projeto primitivo, no ataque das diversas disposições do projeto da nobre Comissão, visto como um é exatamente o contrário do outro.

As idéias contidas em um são radicalmente opostas às contidas em outro. Nesse intuito encararei o substitutivo sob diversos pontos de vista, já em relação à extensão e qualidade do ensino, já em relação à duração do curso, já em relação à divisão das matérias por ano.

Falarei das lacunas que encontro no projeto substitutivo e do seu preço.

A primeira questão, Sr. Presidente, a mais importante e que separa a Comissão do obscuro autor do projeto primitivo é a questão de extensão e qualidade do ensino que se há de ministrar aos alunos mestres da escola normal.

Entendo, Sr. Presidente, que a nossa divergência está limitada a esse ponto ao modo de entender o ensino.

Eu estabeleço uma profunda diferença entre o ensino normal e o ensino secundário.

A nobre Comissão, pelas disposições do seu projeto, parece confundir um com o outro.

Os característicos principais do ensino normal são a sua limitação e a sua profundezza. Esses característicos são as qualidades essenciais do mesmo ensino. Ministrar aos alunos uma instrução sólida e limitada, eis a missão de uma escola normal bem organizada; e para que esse ensino seja bastante profundo e possa produzir verdadeiros professores, é indispensável que seja limitado.

Quando reduzi a quatro cadeiras o número das matérias, não o fiz por precipitação, nem por falta de estudo; fi-lo propositalmente, porque entendi que tratando-se de professores, era preciso ensinar-lhes o que mais tarde deveriam ensinar aos seus alunos.

Trata-se de organizar uma escola normal primária, e segundo a legislação que rege essa matéria na província, o ensino é um e bem determinado. O que deve fazer o legislador que trata de organizar uma escola nessas condições? Ter em vista, e é essencial esse ponto, as matérias que formam o ensino elementar do país.

Qual a missão da escola normal entre nós? Criar professores que possam ensinar as matérias elementares aos que iniciam a sua carreira literária. Sob esse ponto de vista é claro que toda e qualquer matéria que se introduzir no ensino normal, sem ser da ordem das que lhe são essenciais, será pelo menos dispensável, e a escola normal, como já disse alguém, só deve ocupar-se de matérias indispensáveis. Temos um exemplo no nosso país. As faculdades superiores do Império, pela



Acervo Dainis Karpovs

*A terceira sede da Escola Normal de São Paulo, criada em 1880 a partir de um substitutivo do Deputado Inglês de Sousa, ficava na Rua do Tesouro*

grande extensão que se tem dado ao ensino, hão produzido efeitos contrários ao que se desejava. Vemos, dessas faculdades, sair grande número de alunos que, tendo uma tintura geral das matérias que estudam, não conhecem profundamente nenhuma delas, e são incapazes, muitos, logo que deixam os bancos da academia, de exercerem a profissão para que estudaram cinco ou seis anos.

Principalmente nas academias de direito temos visto constantemente que o ensino de matérias inúteis, algumas até ridículas, sobrecarregando a inteligência do aluno, tem trazido como consequência, apenas uma ilustração superficial (quando essa mesma existe) e incapaz de produzir os frutos que todo homem sensato deve ter em vista.

Ora, Sr. Presidente, se observamos esse fenômeno em relação às escolas superiores de direito e de medicina em nosso país, se observamos esse fenômeno em relação a essas escolas que têm por fim habilitarem o aluno a uma profissão certa e determinada, ou pelo menos ao emprego único daquelas matérias que aprendem, maior razão temos nós para temer que na escola normal, existindo o ensino por demasia, no fim de dois ou três anos, quando se encerrar o curso, tenhamos professores com algumas noções das matérias que estudaram, mas completamente ineptos para ensiná-las. Não é esse o resultado que podia ter em vista a ilustrada Comissão, apresentando o seu parecer, porque deve saber que a escola normal é criada para formar professores de certas e determinadas matérias, e portanto sob esse ponto de vista é que devia firmar-se a base do estudo, procurar estabelecer o ensino em ordem a produzir um resultado seguro e ilustrar o professor tanto quanto possível, nas matérias que tem de ensinar.

Nem se diga, Sr. Presidente, que a ilustração maior pode ser proveitosa ao professor, porque, para essa ilustração ser proveitosa, era indispensável que tivesse conhecimentos seguros das matérias que ia ensinar, e que essas noções gerais, sobrecarregando a inteligência do professor, não viessem prejudicar o ensino das matérias essenciais.

Eu sei, Sr. Presidente, que para o homem político, para o homem literato, para aquele que se encaminha à carreira das letras, e mesmo para qualquer homem que quiser figurar na sociedade, são indispensáveis certos conhecimentos; mas, a redução das matérias da escola normal não impede aos professores de, mais tarde, irem buscar esses conhecimentos, como também eles não poderão produzir efeito algum, desde que não prejudiquem o ensino das matérias indispensáveis.

Sr. Presidente, na escola normal não se trata de formar literatos, não se trata de formar palradores, nem se

trata de formar políticos, nem homens que mais tarde possam desempenhar qualquer emprego, qualquer encargo do país; trata-se de formar professores, trata-se de uma profissão certa e determinada, de um ofício, se assim me posso exprimir.

De certo que a ilustrada Comissão de Justiça e Instrução Pública, se tratasse de organizar uma escola de ferreiro, não iria exigir para o ferreiro conhecimentos do serralheiro. Ora, o ofício de professor é um ofício como outro qualquer; a escola normal trata de formar professores e portanto as matérias que estes têm de ensinar é que devem formar o ensino da mesma escola.

Expondo essa teoria, não o faço de autoridade própria, que é nenhuma (*não apoiados*). Se as minhas palavras não têm autoridade, iremos buscar nos países onde a instrução está muito adiantada argumentos em favor da doutrina.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, país que a muitos outros se avantaja pelo desenvolvimento da instrução popular, reconheceu-se a supremacia a esse respeito; em um país europeu muito atrasado em outras coisas, na Prússia, onde o ensino normal tem tido grande desenvolvimento. E, irei buscar em fonte insuspeita o reconhecimento dessa autoridade da Prússia; tenho aqui algumas palavras do relatório apresentado, em 1871, pelo Diretor da Instrução Pública ao Ministro do Interior da União Americana. (*lê*):

Desde muito tempo, Sr. Presidente, que a questão de instrução pública e, especialmente a questão de escola normal, ocupa a atenção dos estadistas prussianos. Um ministro prussiano, Bechedorff, em seus *Anais Prussianos*, publicados em 1825, disse o seguinte: (*lê*):

Essas palavras, de um bom senso admirável, e que mostram que naquele Estado se comprehende perfeitamente qual seja a missão das escolas normais, não ficaram sem efeito; e se em 1825 elas foram escritas, em 1854, nos famosos regulamentos da instrução pública da Prússia, tiveram a sua aplicação e foram perfeitamente contempladas.

Creio que toda a Casa conhece os regulamentos de 1854 que reformaram a instrução pública da Prússia e especialmente o primeiro, que se ocupa da organização das escolas normais evangélicas.

Ora, estudemos nas diversas disposições desses regulamentos a matéria em questão, e veremos que ali em seis anos de curso muito poucas matérias se exigem; são apenas: a língua alemã, cálculo, geografia, história pátria, canto e ginástica. Entretanto, Sr. Presidente, o parecer da Comissão exige, além de todas essas

matérias, substituindo a língua alemã pela portuguesa, química, física, noções de história universal, francês e outras coisas.

Ora, se na Alemanha se julgou que seis anos eram apenas indispensáveis para ministrarem-se ao aluno conhecimentos limitadíssimos como esses, como pretende a nobre Comissão, em dois anos, sobrecarregar a inteligência do aluno com conhecimentos tão variados e tão importantes?

Sei que a opinião da Comissão encontrará talvez eco nesta Casa, e nem eu pretendo destruir o seu projeto, e muito menos fazer prevalecer as idéias que tenho sobre a matéria; mas, como disse a princípio, cabe-me a responsabilidade de sustentar o meu projeto e, como as idéias se acham em antagonismo, eu prosseguirei na demonstração das verdades como as entendi, para chegar a conclusão de que, se as nossas idéias divergem, os nossos sentimentos são os mesmos. O pensamento que me levou a elaborar aquele projeto foi todo de ordem de utilidade pública.

Continuarei, pois, apesar do receio que tenho, na discussão.

Sei, Sr. Presidente, que a maior parte das pessoas pensa que a língua francesa e a história universal são matérias indispensáveis em um curso de escola normal; e o argumento valioso, o argumento maior que se tem oferecido em discussões particulares em favor do francês é que é uma língua universal, é que os compêndios de pedagogia são escritos nessa língua.

Em favor da história o argumento é que todos devemos conhecer a história universal.

Quanto ao primeiro, eu objeto que a língua francesa não está hoje tão generalizada como se pensa e, se é, a alemã é tanto como ela e a inglesa ainda mais.

Se esse argumento tem valor, devemos concordar que mais são necessárias à escola normal as línguas alemã e inglesa, tanto mais que todas as obras de pedagogia são escritas nessas duas línguas, que os maiores mestres de pedagogia têm escrito em alemão e inglês; muito poucos, não conheço nenhum, em francês.

Pode-se, porém, me objetar que os franceses traduzem tudo quanto os alemães publicam sobre a matéria. Direi que a tradução nunca vale o original, e que esse argumento prova de mais, porquanto seria uma vantagem para nós que os nossos literatos, aqueles que conhecem as línguas alemã e inglesa, se dessem ao trabalho de enriquecerem a nossa literatura traduzindo essas obras e fazendo-lhes anotações.

Portanto, longe de ser para nós uma vantagem, a adoção da língua francesa com exclusão dessas outras duas, será até prejudicial, porque obstará que se enriqueça a literatura pátria com a tradução das obras alemãs e inglesas, e com o estudo mais profundo da ciência pedagógica.

Assim, Sr. Presidente, se se exigir para o curso da escola normal a língua francesa, exija-se também as inglesa e alemã; como a Comissão entendeu, e muito bem, dever excluir estas, acho que, para ser coerente, deve excluir também aquela.

Para ensinar língua portuguesa, doutrina cristã, enfim aquilo que o nosso regulamento sobre instrução pública exige para escolas elementares, não é preciso saber francês, alemão e inglês. Nunca ninguém disse que para se saber a língua portuguesa era preciso conhecer a francesa. Nós vemos que nos nossos homens de letras, nos antigos discípulos da nossa Faculdade de Direito, quando os preparatórios eram limitadíssimos, encontram-se muitos que conhecem perfeitamente os preparatórios que estudaram no seu tempo, mais do que nós hoje, que se exigem dez preparatórios, e o resultado é que a maior parte dos alunos não sabe a metade deles.

Entre os nossos antigos legistas encontram-se homens que conhecem perfeitamente o latim; hoje é raro o discípulo da Faculdade de Direito que conhece essa língua.

Entre os nossos literatos mais distintos, que tanto ilustram a literatura portuguesa, como a brasileira, muitos deles não sabiam francês, ou tinham noções muito secundárias. Citarei, por exemplo, um grande literato e gramático, senão da escola moderna, pelo menos da antiga, porém muito abalizado, que foi meu mestre, o Sr. Sotero dos Reis, que do francês tinha apenas imperfeito conhecimento.

Ora, se é certo que, para ensinar a língua portuguesa não é necessário saber a francesa, vejamos se ela se faz necessária para o ensino das outras matérias do curso elementar.

Vejamos quanto à doutrina cristã.

As fontes da doutrina cristã, que são os catecismos dos nossos bispos diocesanos, são escritos em português bem como todos os livros que se ocupam da matéria.

Com relação à contabilidade dá-se o mesmo, assim como com a geografia e história pátria. Resta, portanto, a questão de pedagogia, mas eu já disse que a mesma razão que havia para exigir o francês para o ensino da pedagogia, havia para se exigir também o alemão e o inglês; tanto mais que o professor não vai ensinar pedagogia, ele deve conhecê-la para saber reger a

sua cadeira; mas não vai ensiná-la a seus discípulos, porque não é do curso, porque isso não é do programa de ensino entre nós. Portanto, desaparece completamente, a meu ver, a razão que milita no pensamento da Comissão de Fazenda, do ensino da língua francesa na escola normal.

Resta-me, Sr. Presidente, e é questão mais difícil, a questão do ensino da história universal.

Nos tempos que correm, a história universal tornou-se de alguma forma o conhecimento indispensável de todo homem de letras. A história universal deve porém, ser conhecida a fundo, sob pena de ser inteiramente desconhecida. Conhecer noções de história universal e não conhecer história universal, é a mesma coisa, porque a história universal, segundo a ciência moderna, é uma parte da ciência sociológica, tem a sua filosofia, e não consiste o seu estudo na simples enumeração dos fatos. Conhecer, portanto, noções de história será, quando muito, ter algumas idéias de cronologia, mas nunca será saber história universal.

Ora, Sr. Presidente, se a Comissão de Justiça e Instrução Pública entendeu que bastava para os alunos da escola normal o conhecimento de algumas noções de história universal, eu pretendo que essas noções são inúteis e dispensáveis; inúteis, porque, como já disse, conhecer noções de história universal ou não conhecer história universal vem a ser uma e a mesma coisa, porque o estudo da história depende de outros estudos anteriores, depende de estudos que não podem ser feitos na escola normal, nem podem ser feitos em curso nenhum secundário. O estudo da história, pelo menos estudo profundo, o estudo útil, depende do conhecimento de ciências muito importantes, e que não podem entrar no programa da organização de ensino em uma escola normal.

As noções de história universal, Sr. Presidente, além de serem por esse lado inúteis, são inconvenientes porque trazem o viciamento do ensino.

Nós todos sabemos quais os resultados funestos que têm vindo para o verdadeiro conhecimento da história universal, das noções espalhadas em livrinhos sem importância, e que têm a funesta consequência de deturpar completamente a verdade histórica, de embarcar a inteligência do aluno e de viciar o ensino. Nós sabemos o que o estudo da história universal mal feito, mal aplicado, tem dado em resultado; nós sabemos quais foram as noções falsíssimas que existiam entre o povo português sobre a própria história do país, quanto mais sobre a história de outros povos, até que o gênio de Alexandre Herculano, com o conhecimento das línguas dos povos, predecessores da nação portuguesa, viesse descobrir a verdade histórica no meio daquele montão de credices e prejuízos populares.

Nós sabemos as noções falsíssimas que pode ter sobre a história universal todo e qualquer povo, todo e qualquer indivíduo que não conhecer a verdadeira filosofia da história.

A história hoje, Sr. Presidente, é uma ciência positiva, que se baseia sobre dados de experiência, e sobre verdades reconhecidas, segundo o método da escola positiva.

A história é uma ciência complexa, cheia de leis, ou formada de leis gerais, a que muitas vezes pode prejudicar o estudo da cronologia simples, quando mal aplicado. O que não será, portanto, em relação à história, quando se trata de ministrar ao aluno simplesmente noções de história universal?

O que entende a ilustrada Comissão de Justiça e Instrução Pública por noções de história universal?

Refere-se à cronologia, ou refere-se à filosofia da história, ao princípio geral, às leis da sociologia?

Se refere-se à cronologia, teremos que esse estudo, como já disse, viciará o verdadeiro estudo da história



Segunda edição  
(1968)



1876



Segunda edição  
(1899)



1876

universal. Se se trata, porém, do estudo filosófico, temos que ele é por demais superior à inteligência do aluno.

Sim, Sr. Presidente, não é com simples preparatórios do curso anexo da escola normal que se há de habilitar o aluno para estudar as verdades filosóficas da história.

Portanto, entendo que não só essas noções de história universal são inúteis, como prejudiciais; inúteis, porque não ensinam coisa alguma, prejudiciais porque viciam o estudo da história.

Sr. Presidente, resta-me ainda falar em relação à extensão do ensino, do estudo da química e da física.

Eu pergunto, senhores, em que ocasião o professor do curso elementar de letras, do curso primário terá de aplicar em relação a sua escola, os seus conhecimentos de física e de química?

Pergunto ainda, se o ter a noção vaga dessas duas ciências pode constituir a ilustração de alguém? Se o saber definir um objeto segundo as leis da física ou da química pode melhorar em alguma coisa a instrução pública entre nós, e a condição do aluno em relação ao seu professor?

Pergunto ainda, Sr. Presidente, se esses conhecimentos, que eu suponho que a Comissão teve em vista ministrar, não estão compreendidos na cadeira do projeto primitivo e do projeto substitutivo que vou ter a honra de apresentar à Casa, de pedagogia, metodologia, e noção de coisas?

Tenho me estendido demais sobre esse primeiro ponto da questão, Sr. Presidente, e receio bem que não possa chegar ao desenvolvimento completo do meu pensamento nessa matéria; passo, porém, embora um pouco fatigado, a tratar do segundo ponto em que eu discordo do parecer da ilustrada Comissão de Justiça e Instrução Pública.

Esse segundo ponto refere-se ao tempo do concurso; e sobre ele pouco direi, em vista do que já tenho dito, porque essa segunda questão acha-se intimamente ligada à primeira.

Se eu entendo, Sr. Presidente, que as matérias do curso normal devem ser muito limitadas, para que se possa aprofundar o conhecimento delas, está claro que o tempo de dois anos marcado pela ilustrada Comissão é por demasia insuficiente.

Se a missão principal da escola normal é ministrar conhecimentos profundos, embora limitados, quanto maior for o tempo, melhor profundeza se obterá, e

como não se trata de dar noções superficiais das diversas matérias, mas formar professores perfeitamente habilitados, parece óbvio que o tempo de três anos é pelo menos indispensável; e se ainda me é permitido fazer citações, eu citarei as escolas da Prússia, em que se limitando o ensino a muito menos do que eu peço, todavia se marca o prazo de quatro anos.

Em dois anos é absolutamente impossível estudar as matérias que a Comissão entendeu dever formar o programa da escola normal. Em dois anos, uma inteligência de primeira força não pode, absolutamente, dar conta da tarefa.

Não se estuda gramática da língua portuguesa, matéria que deve ser essencial, em dois anos; só essa matéria precisa de grande desenvolvimento, quanto mais pedagogia, metodologia, física, química, noções de história universal, geografia, francês e outras matérias; é absolutamente impossível, e não há inteligência alguma que possa nesse prazo apresentar resultados satisfatórios, quando qualquer dessas matérias pode preencher no seu estudo esse lapso de tempo.

Quem é capaz de estudar todas essas matérias em dois anos? (*Ié*): “Gramática e língua portuguesa, aritmética, geometria, geografia, história, etc, etc.” E ainda mais o francês, língua estranha. Portanto, acho que três anos são indispensáveis para o conhecimento das matérias do meu projeto, e se passar como é possível e até provável, o projeto da Comissão, apresentarei uma emenda para ampliar o tempo a quatro anos.

Quero ser lógico: – se para o meu projeto peço três, para o da Comissão não posso deixar de pedir quatro anos.

O terceiro ponto que me separa da Comissão refere-se à divisão das matérias do ensino. Ainda nesse ponto a minha divergência é profunda.

O projeto que tive a honra de apresentar à consideração da Casa dividia as matérias por cadeiras. A Comissão no seu substitutivo dividiu as matérias por ano e arbitrariamente. Basta ler as disposições do projeto da Comissão, para chegar-se ao conhecimento dessa verdade.

Vejamos (*Ié*):

“1º ano, 1ª cadeira. – Gramática nacional (exame parcial). Doutrina cristã (exame final). Aritmética (exame parcial). Sistema métrico e noções geométricas (exame parcial destas e final daquele). Estudos práticos de ensino.”

Só na primeira cadeira do primeiro ano, incumbida a um professor, estão as matérias que acabo de numerar, de

## Acervo HISTÓRICO

forma que um professor, para que seja bom, para que possa ensinar razoavelmente, precisa ser profundo em todas essas matérias.

Na segunda cadeira, vê-se (lê):

"Noções de história universal e elementos de geografia (exame final). Francês (exame parcial)."

Não basta que o professor seja um gramático distinto, e que tenha conhecimento de história universal; é preciso que saiba francês para ensinar.

3<sup>a</sup> cadeira (lê):

"Noções de física e química com aplicação à higiene, agricultura e indústria (exame final)."

1<sup>a</sup> cadeira do 2º ano (lê):

"Gramática nacional, origem e períodos de língua, estudo de redação, ensaio de estilo e declamação. História sagrada. Pedagogia teórica."

Não é somente o desconhecimento dos princípios da especialidade do professor que se deu aqui; há ainda mais: confusão das matérias do ensino. Não é somente querer que um professor seja bom em várias matérias completamente diferentes; quer-se ainda mais que o aluno comece a aprender gramática com um professor e acabe com outro; e bem assim aritmética; quer-se que a pedagogia, que é questão de método, princípio com um professor e acabe com outro; porque, na primeira cadeira do primeiro ano, está contemplada a matéria; mas a segunda cadeira do segundo ano trata da mesma coisa. Vejamos.

1<sup>a</sup> cadeira do 1º ano (lê).

"Gramática nacional (exame parcial). Doutrina cristã (exame final). Aritmética (exame parcial). Sistema métrico e noções geométricas (exame parcial destas e final daquele). Estudos práticos de ensino."

Ao passo que no segundo ano está a primeira cadeira com as seguintes matérias (lê).

"Gramática nacional, origem e períodos de língua, estudo de redação, ensaio de estilo e declamação. História sagrada. Pedagogia teórica."

2<sup>a</sup> cadeira do 1º ano (lê).

"Noções de história universal e elementos de geografia (exame final). Francês (exame parcial)."

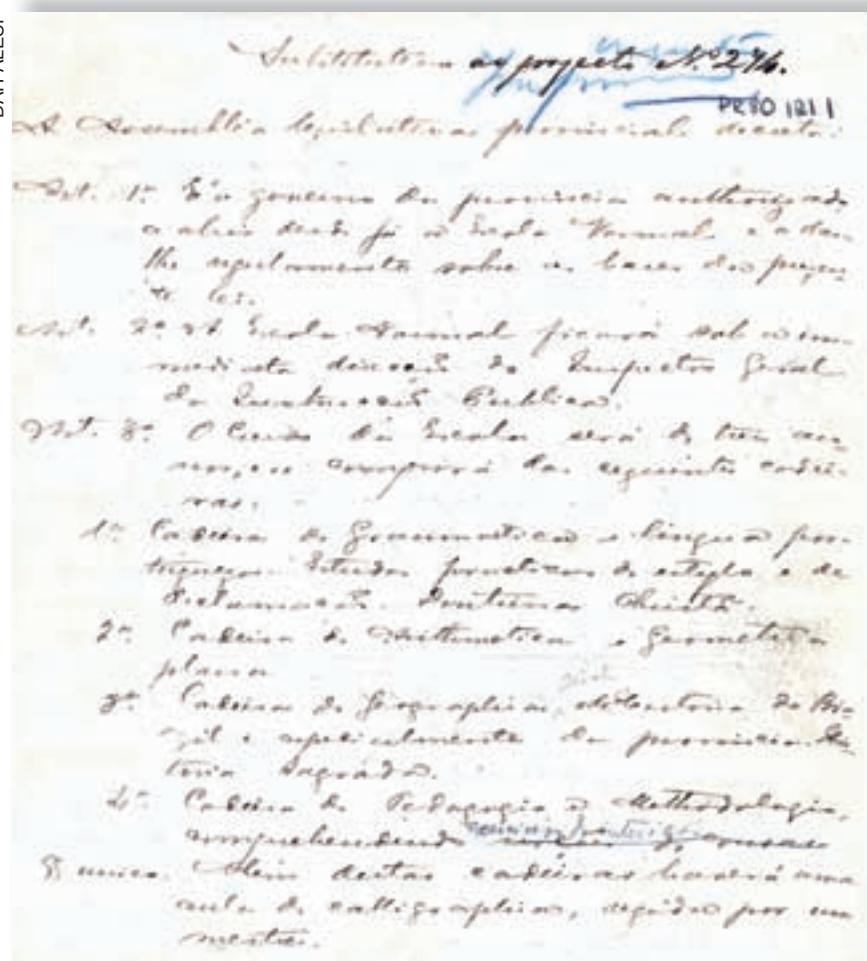
1<sup>a</sup> cadeira do 2º ano (lê).

"Gramática nacional, origem e períodos de língua, estudo de redação, ensaio de estilo e declamação. História sagrada. Pedagogia teórica."

De forma que estuda história universal com um e história sagrada com outro.

As noções de física e química que poderiam ser úteis ao estudo da pedagogia estão contempladas na terceira cadeira do primeiro ano, ao passo que a pedagogia faz parte da segunda cadeira do segundo ano.

Na segunda cadeira do primeiro ano está o estudo da língua francesa; na terceira cadeira do segundo ano ainda o estudo da língua francesa.



Primeira página do manuscrito do substitutivo do Deputado Inglês de Sousa que recriou a Escola Normal de São Paulo

Não preciso mostrar os graves inconvenientes dessa divisão do curso, feita pela Comissão; não preciso demonstrar os erros que podem resultar desse sistema. Cada matéria tem seu método, cada professor seu sistema. Começar com um e acabar com outro é tornar improfícuo o ensino, é baralhar o estudo das matérias.

Nesse ponto divirjo completamente do parecer da Comissão e penso que não pode prevalecer semelhante divisão.

O quarto ponto em que estou em divergência é quanto à síntese geral do projeto que terá lacunas graves.

Essas lacunas podem dividir-se em relação ao ensino, em relação ao professor e em relação à despesa; em relação ao ensino, porque o projeto da Comissão não especificou a divisão das cadeiras, não especificou as matérias por classes, as ciências como elas devem ser, mas distribuiu noções pelos diversos anos, prejudicando a boa ordem e bom conhecimento das matérias.

Esse primeiro ponto acha-se completamente ligado à questão que acabo de ventilar, e não insistirei sobre ele; contudo, cumpre-me dizer que em relação à pedagogia e metodologia, houve não só baralhamento, como até lacunas.

Fala-se em noções práticas de pedagogia, que é uma ciência completa, e noções teóricas, quando se quer falar em pedagogia e metodologia, ciências diversas e também completas. Ora, Sr. Presidente, nem noção de ensino prático forma a pedagogia, nem noção de ensino teórico a metodologia; são ciências diversas e completamente acabadas; uma, refere-se ao discípulo, a outra refere-se ao modo de ensino.

A sua lacuna em relação ao professor é mais grave. A Comissão, tratando de um projeto que tem por fim melhorar a instrução pública na província, esqueceu-se das garantias que devia oferecer aos professores. Ora, se é verdade que sem bons professores não podemos ter boa instrução, é certo que se esses professores não tiverem vantagens convenientes, não teremos bons professores; a Comissão esqueceu-se do primeiro ponto de vantagem ao professor, isto é, a vitaliciedade; não diz se lhes é permitida a vitaliciedade e em que caso.

A meu ver é uma garantia essencial ao professor e que não pode ser esquecida.

Esqueceu-se ainda mais a Comissão de remediar os prejuízos a que são sujeitos os professores públicos em exercício, que têm de vir a esta capital cursar a escola normal.

A Comissão procurou remediar esse mal facultando aos professores a prestação de exames vagos; mas, Sr. Presidente, é colocar o professor em obstáculos, em condições muito inferiores aos alunos da escola normal; e desde que tratamos de dar garantias aos professores, não podemos fazer tal coisa.

O professor público que vem à capital, embora tenha a vantagem de fazer exame vago, encontra dois grandes obstáculos, um obstáculo material e outro intelectual; o material porque o professor, para fazer o seu transporte para esta capital, precisa de tempo e de dinheiro; e intelectual porque, fora daqui, sem recursos, sem professores, sem livros e sem tempo, não poderá estudar convenientemente de modo a habilitar-se para o exame da escola normal. Se o aluno da escola normal tem dois ou três anos para o estudo, se a província lhe paga professores para explicarem as matérias, está claro que os que freqüentam as aulas estão em melhores condições do que os pobres professores do interior que vêm prestar-se a exame vago, que têm de aprender consigo mesmo.

Parece incontestável que, nessas condições, não podemos conseguir o resultado que desejamos, que é satisfazer a causa popular, desenvolver a instrução pública por meio de professores aptos para o ensino; não podemos conseguir o que desejamos, criando obstáculos como estes ao pobre professor do interior, que não pode estudar na escola normal. Obstáculo intelectual, porque não pode estudar na escola normal, e material, porque têm de fazer sacrifícios de tempo e de dinheiro para vir habilitar-se.

Há ainda, Sr. Presidente, uma lacuna no projeto da Comissão, em relação à despesa.

Creio que de alguma forma a Comissão há de justificar essa falta, e me parece até que não devo fazer cabedal dela. É a questão dos ordenados da escola anexa; a Comissão criou uma escola anexa e não criou ordenados para os professores dela; porém deixo esse ponto para ocupar-me do preço do projeto, e pouco direi porque já me acho fatigado como há de estar a Casa. (Não apoiados gerais).

Sr. Presidente, no projeto primitivo que tive a honra de oferecer à consideração da Casa, marquei quinze contos para as despesas de instalação e expediente da escola normal e no projeto substitutivo que vou mandar à Mesa, para despesas de instalação, aumento de ordenados aos professores e aumento de professores, marco 18 (dezoito) contos.

A Comissão de Justiça pede 30 (trinta) contos só porque nos dá mais noções de química e física, etc.

Só por essas noções temos de gastar mais doze contos de réis, e nem se diga que a questão não é importante,

é importantíssima. Nessa época em que temos de lutar para a confecção de um orçamento sem déficit, em que nos vemos obrigados a desatender a importantes obras públicas, em que somos obrigados a deixar de cuidar das estradas do interior que se acham em estado deplorável; quando nós recusamos dinheiro para as verdadeiras fontes de renda, que vão no-lo restituir, gastamos com um diretor da escola normal, com um secretário; com a papelada enfim, soma tão elevada.

Sr. Presidente, quando se reduziu o soldo das praças do corpo de permanentes, quando se negou aquiescência a diversas empresas de utilidade pública, o argumento máximo que se invocou foi a falta de dinheiro, o estado deplorável dos cofres públicos. Quando se

nega dinheiro para estradas, enfim, a Comissão de Instrução Pública pede, para o ensino de noções de química, física e história universal, 12:000\$. É caro.

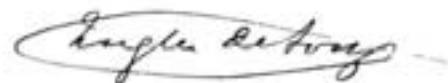
São essas as objeções que eu tinha de fazer ao projeto da Comissão. Vou mandar à Mesa o meu substitutivo em que, conservando as idéias do projeto primitivo, fiz algumas alterações de modo que ele possa merecer as simpatias da maioria da Casa, que me parecem voltadas para o lado da Comissão de Instrução Pública.

Reservo-me, para na 2ª discussão, discutir artigo por artigo o projeto da Comissão, se o substitutivo não passar, e oferecer emendas a cada um deles. (*Muito bem, muito bem.*)

### NOTAS

\* Infelizmente os *Anais* não transcrevem os trechos neste e no parágrafo seguinte lidos pelo orador.

## Um Conto de Inglês de Sousa O Voluntário



A velha tapuia Rosa já não podia cuidar da pequena lavoura que lhe deixara o marido. Vivia só com o filho, que passava os dias na pesca do pirarucu e do peixe-boi, vendidos no porto de Alenquer e de que tiravam ambos o sustento, pois o cacau mal chegava para a roupa e para o tabaco. Apesar da pobreza rústica da casa, com as suas portas de japá e as paredes de sopaço, com o chão de terra batida, cavada pela ação do tempo, tinha a tapuia em alguma conta o asseio. Trazia o terreiro bem varrido e o porto livre das canaranas que a corrente do rio vinha ali depositando. E se os tipitis, as cuiambucas e todos os utensílios caseiros andavam sempre lavados com cuidado, as redes de dormir pareciam ter saído do tear, de brancas e novas que sempre se encontravam. Rosa tecia redes, e os produtos da sua pequena indústria gozavam de boa fama nos arredores. A reputação da tapuia cresceria com a feitura de uma maqueira de tucum ornamentada com a coroa brasileira, obra de ingênuo gosto, que lhe valera a admiração de toda a comarca e provocara a inveja da célebre Ana Raimunda, de Óbidos, a qual chegara a formar uma fortuninha com aquela especialidade, quando a indústria norte-americana reduzira à inatividade os teares rotineiros do Amazonas. Ana Raimunda seria uma coisa nunca vista no fabrico de redes de aparato, mas

não lhe receava Rosa a competência na tecedura do algodão e do tucum, talento de que tinha quase tanto orgulho como de haver parido o mais falado pescador daquela redondeza.

Pedro era em 1865 um rapagão de dezenove anos, desempenado e forte. Tinha olhos pequenos, tais quais os do pai, com a diferença de que eram vivos, e de uma negrura de pasmar. A face era cor de cobre, as feições achatadas e grosseiras, de caboclo legítimo, mas com um cunho de bondade e de candura, que atraía o coração de quantos lhe punham a vista em cima. Demais, serviçal e alegre até ali. Os viajantes, tocando no porto do sítio da velha Rosa, seguindo para Alenquer ou de lá voltando, ficavam cativos da docura e da afabilidade com que se oferecia o rapaz para os acompanhar à vila, ou dava conselhos práticos sobre a viagem e os poucos.

Quanto à generosidade, basta dizer que jamais lhe sucedia arpoar um pirarucu sem presentear com a ventrecha aos vizinhos pobres, e se num belo dia lhe caía a sorte de matar um peixe-boi no lago, havia festa em casa. Todos os conhecidos recebiam um naco da carne do sabroso mamífero, bebiam um trago da cachacinha da velha e voltavam para o seu sítio, proclamando com a língua

grossa e pesada a felicidade da tia Rosa, que tinha um filho tão amigo dos pobres. Era o mais destro pescador do igarapé de Alenquer. Nenhum conhecia melhor do que ele as manhas do pirarucu e da tartaruga, nenhum governava melhor a leve montaria, nem mandava a maior altura a grande flecha empenada, que, revolvendo em vertiginosa queda, vinha fisgar certeira o caso dos ardilosos batrácios. Para o Pedro da velha Rosa, todo o mês era de piracema. Que se queixassem os outros da avareza da estação. Ele voltava sempre para casa com algum pescado, ao menos uma cambada de aruanás ou de tucunarés de caniço. Era um pescador feliz, o diacho do rapaz, e a velha Rosa devia viver muito contente!

E vivia.

A tapuia passava de ordinário os dias sentada num banquinho diante do tear, trabalhando nas suas queridas redes, que lhe pareciam superiores às dos Estados Unidos, com cuja concorrência vitoriosa lutava de balde a rotineira indústria, e fumando tabaco de Santarém num comprido cachimbo de taquari, com cabeça de barro queimado. Quando caía a tarde, depois de ter comido a sua lasca de pirarucu assado ou a gorda posta do fresco tamaqui, com pirão de farinha d'água, molho de sal, pimenta e limão, ia sentar-se à soleira da porta, de onde contemplava o magnífico espetáculo do pôr-do-sol entre os aningais da margem do rio, e ouvia o canto da cigarra, chorando saudades da efêmera existência, que a tananá oculta, em doce estribilho, consolava.

É naturalmente melancólica a gente da beira do rio. Face a face toda a vida com a natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas, isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma num apático recolhimento, que se traduz externamente pela tristeza do semblante e pela gravidade do gesto.

O caboclo não ri, sorri apenas; e a sua natureza contemplativa revela-se no olhar fixo e vago em que se lêem os devaneios íntimos, nascidos da sujeição da inteligência ao mundo objetivo, e dele assoberbada. Os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuios, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão.

Haveis de ter encontrado, beirando o rio, em viagem pelos sítios, o dono da casa sentado no terreiro a olhar fixamente para as águas da correnteza, para um bem-te-vi que canta na laranjeira, para as nuvens brancas do céu, levando horas e horas esquecido de tudo, imóvel e mudo numa espécie de êxtase. Em que pensarão o pobre tapuio? No encanto misterioso da mãe d'água, cuja sedutora voz lhe parece estar ouvindo no murmúrio da corrente? No curupira que vagabundeia nas matas, fatal e esquivo, com o olhar ardente cheio de promessas e de ameaças? No diabólico saci-pere-

rê, cujo assvio sardônico dá ao corpo o calafrio das sezões? Em que pensa? Na vida? É talvez um sonho, talvez nada. É uma contemplação pura.

Dessa melancolia contínua dão mostra principalmente as mulheres, por causa da vida que levam. Os homens sempre andam, vêm uma ou outra vez gente e coisas novas. As mulheres passam toda vida no sítio, no mais completo isolamento. Assim, a tapuia Rosa, que de nada se podia queixar, com a vida material segura, suprema ambição do caboclo, foi sempre dada a tristezas; a fronte alta e calma, os olhos pequenos e negros e a boca séria tinham uma expressão de melancolia que impressionava à primeira vista. Teria a natureza estampado naquele rosto o pressentimento de futuras desgraças, ou a mesquinhez da alma humana ante a majestade do rio e da floresta a predisponha a não oferecer resistência aos embates da adversidade? Era a saudade do esposo morto ou receio vago dos fracos diante dos arcanos do futuro?

Ninguém o podia dizer, mas é certo que até o princípio do ano de 1865 correram tranqüilos os dias no cacaual da velha Rosa.

Quem não sabe o efeito produzido à beira do rio pela notícia da declaração da guerra entre o Brasil e o Paraguai?

Nas classes mais favorecidas da fortuna, nas cidades principalmente, o entusiasmo foi grande e duradouro. Mas entre o povo miúdo o medo do recrutamento para voluntário da pátria foi tão intenso que muitos tapuios se meteram pelas matas e pelas cabeceiras dos rios e ali viveram como animais bravios sujeitos a toda a espécie de privações. Falava-se de Francisco Solano Lopes nos serões do interior da província como de um monstro devorador de carne humana, de um tigre incapaz de um sentimento humanitário. A ignorância dos nossos rústicos patrícios, agravada pelas fábulas ridículas editadas pela imprensa oficiosa, dando ao nosso governo o papel de libertador do Paraguai (embora contra a vontade do libertando o libertasse a tiro), não podia reconhecer no ditador o que realmente era: uma coragem de herói, uma vontade forte, uma inteligência superior ao serviço de uma ambição retrógrada. Os jovens tapuios tremiam só de ouvir-lhe o nome; as mães e as esposas faziam promessas sobre promessas a todos os santos do calendário, pedindo que lhes livrassem os queridos filhos e os maridos das malhas da rede recrutadora.

Coisa terrível que era então o recrutamento!

Esse meio violento de preencher os quadros do exército era, ao tempo da guerra, posto em prática com barbaridade e tirania, indignas de um povo que pretende foros de civilizado.

Suplícios tremendos eram infligidos aos que, fugindo a uma obrigação não compreendida, ousavam preferir a paz do trabalho e o sossego do lar à ventura de se deixarem cortar em postas na defesa das estâncias rio-grandenses e das aldeolas de Mato Grosso. Narravam diariamente os periódicos casos espantosos, reclamações enérgicas contra o arbítrio das autoridades locais, mas o governo a tudo cerrava os ouvidos, por necessitar de fornecer vítimas às desenterias do Passo da Pátria e carne brasileira aos canhões vorazes de Humaitá. Foi então que se mostrou em toda a sua hediondez a tirania dos mandões de aldeia. Os graúdos não perderam a ocasião de satisfazer ódios e caprichos, oprimindo os adversários políticos que não sabiam procurar, ao serviço de abastados e poderosos fazendeiros, proteção e amparo contra o recrutamento, à custa do sacrifício da própria liberdade e da honra das mulheres, das filhas e das irmãs. Sim. Não pretendendo carregar os tons sombrios do quadro da miséria do proletário brasileiro naqueles tempos calamitosos, em que o pobre só se julgava a salvo do despótismo quando nas mãos do senhor do engenho, do fazendeiro, do comandante do batalhão da guarda nacional abdicava a sua independência, pela sujeição a trabalho forçado mal ou nada remunerado; a sua dignidade pela resignação aos castigos corporais e aos maus-tratos; e a honra da família pela obrigada complacência com a violação das mulheres. Em Alenquer, por exemplo, o capitão Fabrício, nomeado recrutador, alardeando serviços ao partido de cima, praticou as maiores atrocidades, tendo por única lei o seu capricho. De toda a parte se levantavam clamores contra o rico e perverso fazendeiro do igarapé, mas, cônscio do apoio dos chefes do seu grupo político, continuava Fabrício obrando as maiores atrocidades, que constituíram a sua vida até o filho do Anselmo Marques, com um salutar tiro de espingarda, pôr-lhe termo à ominosa existência.

Descuidado e contente, Pedro labutava em paz, apesar das desgraças do tempo, ouvidas aos domingos, depois da missa, no adro da matriz. E quando lhe perguntavam se não receava o recrutamento, dizia com a candura habitual que nunca fizera mal a ninguém, e era filho único de mulher viúva. Não contava, porém, com a má vontade de Manuel de Andrade, mulato que era seu rival na pesca das tartarugas. Manuel era a alma danada do capitão Fabrício, em cuja fazenda vivia como agregado. Toda a gente o acusava de desapiedado executor das maldades do fazendeiro. Era tido como homem sem escrúpulos, que matava por prazer. E as proezas pacíficas do filho da velha Rosa enchiam-lhe o coração de inveja.

Numa tarde de dezembro de 1865, ou de janeiro do ano seguinte (já não me recordo bem da data), Pedro, ao voltar da pesca, passando pelo porto da fazenda, notara um movimento desusado e, observando, pensara ter visto o Manuel de Andrade e dois ou três soldados,

de farda e baioneta, entidades não vulgares naquelas paragens. Sem saber explicar o estranho caso, continuara a remar e, em breve, aportara ao sítio e, puxando a canoa para terra, fora dar parte da pescaria à mãe, sem lhe falar do que vira na casa do vizinho.

Na manhã do dia seguinte, entretinha-se o rapaz a fazer uma cerca de varas no terreiro, quando lhe aparecera pelo cacaual o velho Inácio Mendes, vizinho e amigo, o mesmo que morreu o ano passado afogado no Inhamundá, tentando salvar o filho, atraído pela mãe d'água. Como o assunto de todas as conversas da beira do rio era a guerra, falou-se do recrutamento.

Inácio dizia-se portador de notícias frescas. O capitão Fabrício, nomeado recrutador em todo termo de Alenquer, recebera ordem terminante do presidente da província para mandar pelo primeiro vapor um contingente de voluntários, custasse o que custasse. Essa ordem, transmitida pelo delegado de polícia de Santarém, fora trazida a toda pressa pelo sargento Moura, acompanhado de cinco guardas nacionais que aquela autoridade pusera à disposição do recrutador, prometendo enviar-lhe logo maior força, se fosse necessário.

– O capitão – acrescentou Inácio em voz baixa – não é lá homem para hesitar em se tratando de maldades.

E continuara, narrando as desgraças da época. Já o Antônio da Silva fugira a todo o pano para Vila Bela, onde mora um negociante que é seu compadre. Na casa do



*Integrantes de companhias de índios batedores entre os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, retratados pela Revista Ilustrada, de 6/8/1865*

Pantaleão Soares, português legítimo, o sargento Moura varejara os quartos em que dormiam as filhas do pobre homem, e levara o atrevimento ao ponto de revistá-las, dizendo que podiam ser homens disfarçados. O Raimundo Nonato e o filho da tia Rita haviam-se metido pelo mato dentro, sem que se soubesse o seu paradeiro. Um tapuio dos lagos, tendo vindo à vila comprar mantimentos, vira-se perseguido pelos guardas e fora comido por jacarés, querendo salvar-se a nado.

E terminou entre risonho e triste o velho Inácio:

– Que quer, seu Pedro? Nestes tempos, nem os pobres velhos têm a certeza de escapar. O que vale é que Deus é grande... e o mato maior.

Três dias depois da visita de Inácio Mendes, pelas 7 horas da manhã, a velha Rosa tratava do almoço, e Pedro, sentado à soleira da porta, preparava-se para caçar papagaios, limpando uma bela espingarda de dois canos, quando viu adiantar-se para o seu lado o capitão Fabrício, com os modos risonhos e corteses de um bom vizinho. Pedro ergueu-se surpreso e acanhado e pôs-se a balbuciar cumprimentos ao fazendeiro, cujo sorriso o enleava.

– Ora bom dia, seu Pedro. Então já sei que vai à caça? E está com uma bonita arma! Quer vendê-la?

E foi lha tirando das mãos, sem que o pescador, admirado de tão grande afabilidade, pensasse em contrariar-lhe o gesto.

– Eh, eh! seu Pedro, você está um rapaz robusto e devia ser voluntário da Pátria. O governo precisa de gente forte lá no sul para dar cabo do demônio do Lopez. Ora, é uma vergonha que você esteja a matar os pobrezzinhos dos papagaios e a arpoar os inocentes dos pirarucus, quando melhor quebraria a proa aos paraguaios, que são brutos também e inimigos dos cristãos.

Pedro balbuciava negativas e desculpas. Era filho único... não tinha jeito para a guerra... quem tomaria conta da pobre velhinha? Mas o capitão pôs-lhe a mão no ombro dizendo em voz repassada de mel:

– Pois então tenha paciência. Se não quer ser voluntário, está recrutado.

Pedro deu um pulo para trás, como se fora mordido por uma cobra. Recrutado, ele! A palavra fatídica soou-lhe aos ouvidos como anúncio de irreparável desgraça. O seu ar de candura e de bondade desapareceu por encanto, e o rapaz ficou todo transformado, como o pai, quando lutava braço a braço com alguma onça traíçoeira. Os olhos injetaram-se-lhe de sangue. Os lábios entreabriram-se para deixar sair a palavra rebel-

de, mas só descobriram os alvíssimos dentes, cerrados por um esforço violento. O corpo todo tremia, como se maleitas o sacudissem e um último lampejo de razão o impediu de atirar-se ao recrutador e de o afogar nas mãos robustas.

Mas o capitão prosseguia com brandura hipócrita:

– Ora deixe-se de tolices... afinal que é que tem ser soldado? É até muito bonito, e as mulheres pelam-se pela farda azul-ferrete e pelos botões amarelos. Não será uma honra para a tapuia velha ter um filho oficial? Pois é o que pode muito bem acontecer, se você tiver juízo, não beber, não furtar, não fizer nenhuma má-criação, e resolver-se a aprender a leitura e a escrita, que não é lá bicho-de-sete-cabeças. É verdade que você pode ficar prisioneiro dos paraguaios e mesmo morrer de uma bala na cabeça, mas isso... são fatalidades. Também se morre na cama e até... pescando pirarucus e caçando papagaios. Por isso deixe-se de asneiras, carinha alegra e marche-marche para o sul. Mesmo porque você está recrutadinho da silva, e o que não tem remédio remediado está.

O rapaz soltou um grito surdo, avançou contra Fabrício, arrancou-lhe a espingarda das mãos e brandiu-a sobre a cabeça do capitão, como se fora uma bengala. Quando ia descarregar o golpe, sentiu-se agarrado. Eram o sargento Moura e dois soldados, que, saindo dum matagal próximo, se haviam aproximado sem ser vistos. Ao ruído da luta, acudiu a velha Rosa, que, soltando brados lamentosos, tentou arrancar o filho aos soldados, mas o capitão Fabrício segurou-a por um braço e atirou-a de encontro a um esteio da casa.

A tapuia, caindo, feriu a cabeça, mas, erguendo-se de súbito e levantando a espingarda que estava no chão, fez pontaria contra o sargento. A arma não estava carregada.

Foi uma cena terrível que teve lugar então. A velha Rosa, desgrenhada, com os vestidos rotos, coberta de sangue, soltava bramidos de fera parida. Pedro estorcia-se em convulsões violentas e os soldados não conseguiam arredá-lo da mãe. Fabrício, ordenando que levassem o preso, lançara ambas as mãos aos cabelos da velha e, puxando por eles, procurava conseguir que largasse as roupas do filho. Os guardas, impacientes e coléricos, desembainharam a baioneta e começaram a espancar alternativamente a mãe e o filho, animados pela voz e pelo exemplo do sargento, ainda pálido do susto que sofrera.

Muito tempo teria durado a luta, se não tivessem aparecido alguns agregados do capitão, dirigidos pelo Manuel de Andrade, em cuja larga face morena se lia satisfação de um ódio, até ali contido a custo.



**Desenho de Santa Rosa para a capa da terceira edição de O missionário (1946)**

O mulato adiantou-se com ar resoluto:

– Ó gentes! Temos cerimônias?

E voltando-se para os que o seguiam:

– Amarra porco, rapaziada!

Ou pela sua profissão de vaqueiros, ou porque já se achassem prevenidos, traziam cordas consigo. Pedro e Rosa foram deitados por terra e amarrados de pés e mãos. Depois a gente do Manuel Andrade carregou o rapaz e foi depô-lo numa grande montaria que o capitão mandara buscar à fazenda.

Quando o preso, o sargento e os soldados se acharam dentro da canoa, Fabrício ordenou ao Manuel de Andrade e a outro agregado que tomassem os remos e seguissem para Alenquer. Depois, dando um pontapé na velha tapuia estendida em meio do terreiro, seguiu com o resto da sua gente a caminho da fazenda.

Ela desmaiara. Não dera acordo de si quando lhe levaram o filho para a canoa, nem sequer sentira a última e bestial expansão da ira do recrutador. Mas quando o sol, adiantando-se na carreira, veio ferir-lhe em cheio os olhos amortecidos, tornou a si, olhou em derredor e, recordando o que se passara, começou a agitar-se e a dar gritos que ecoavam lugub्रemente na floresta. Procurava pôr-se de pé, mas não o conseguia. Não podia também desprender os braços e as pernas; as cordas eram sólidas e os nós apertados. Sozinha, abandonada no sítio deserto, exposta no terreiro, ferida e quase nua, aos raios ardentesíssimos do sol, a velha Rosa, a boa e generosa velhinha, teria sucumbido miseravelmente, se por volta de meio-dia não tivesse ali chegado o vizinho Inácio Mendes. O

português vira do seu porto passar a canoa que levava o recruta e, desconfiando do que sucedera, viera, logo que pudera furtar algum tempo aos seus afazeres, informar-se do ocorrido.

Pobre tia Rosa! Em que miserando estado a encontrara! Seria possível que Deus permitisse tão grande injustiça! O Inácio cortou-lhe as cordas, lavou-lhe a ferida com água avinagrada e teve de empregar a força para obrigá-la a deitar-se, pois ardia em febre. Depois que a viu mais sossegada, o bom do português correu a casa em busca da mulher para fazer companhia aquela noite à doente, recomendando-lhe que não dormisse, velasse toda a noite, pois o estado da tapuia era melindroso. Apesar da advertência do marido, a enfermeira adormecera pela madrugada, e, quando acordara, a claridade de um dia esplêndido entrava pela transparência do japá. A rede da velha Rosa estava vazia. A mulher do Inácio Mendes correu ao porto e não achou a montaria de pesca de Pedro.

Estava eu a esse tempo em Santarém, preparando uma viagem a Itaituba, a serviço da minha advocacia.

Passeando uma tarde na praia do Tapajós, abeirou-se de mim uma cabocla velha em quem a custo reconheci a industriosa e boa velhinha do igarapé de Alenquer, em cuja hospitaleira casa dormira algumas vezes de passagem pelo sítio. Ela, porém, me reconheceu facilmente e, parece até que a conselho de algumas pessoas, me procurava como o único doutor da terra, que exercia a profissão de advogado. Contou-me a sua história, interrompendo-se a miúdo para limpar na manga do vestido as lágrimas que lhe corriam, e finalizou entregando-me um embrulho com dinheiro, duzentos e poucos mil-réis, tudo quanto tinha, para que lhe livrasse o filho de jurar bandeira.

Voltei imediatamente à cidade e, por intermédio de um amigo comum, obtive do delegado de polícia a licença de ver o recruta na cadeia, mas por uma só vez, e como exceção rara. O tapuio estava mergulhado num silêncio apático, de que nada o fazia sair. O fatalismo do amazonense o convencera de que não se poderia arrancar à irreparável desgraça que o abatia. Ou não me reconheceu, ou não quis falar-me.

Requeri habeas corpus em favor de Pedro, alegando a sua qualidade de filho único de mulher viúva. O juiz de direito ordenou o seu comparecimento, inquiriu o comandante do destacamento e algumas testemunhas e exigiu informações do delegado. Empreguei a maior atividade nas diligências necessárias, porque sabia que era esperado a toda a hora o vapor da Companhia do Amazonas, que devia levar o contingente de recrutas para a capital. Uma manhã, vinha eu da casa do juiz com as melhores esperanças de

êxito, pois se mostrava crente do direito que assistia ao meu cliente, e compadecido da sorte da velha que lhe não deixava a soleira da porta onde dormia. Vinha pensando na minha viagem pelo Tapajós acima, logo que terminasse a obra de humanidade que queria praticar, quando me encontrei com o agente da Companhia.

– Olhe, doutor, o vapor está entrando. Os voluntários estão prontos.

Corri imediatamente à cadeia e notei o movimento que produzira a ordem de embarque. Corri à praia, onde era imensa a aglomeração de povo à espera do vapor que vinha entrando à boca do largo Tapajós, em busca dos futuros defensores da Pátria.

Começou logo o embarque dos recrutas.

Eram vinte rapazes tapuios os que a autoridade obrigava a representar a comédia do voluntariado. Vi-os sair da cadeia, entre duas filas de guardas nacionais, e encaminharem-se para o porto, seguidos dos parentes, dos amigos e de simples curiosos.

Iam cabisbaixos, uns corridos de vergonha, como criminosos obrigados a percorrer as ruas da cidade nas garras da justiça; outros, resignados e imbecis como bois, caminhando para o matadouro; outros ainda procurando encobrir sob uma jovialidade triste as amarguras íntimas; todos marchando maquinamente, alheios ao que se passava e dizia em redor de si, oferecendo um aspecto de apatia covarde e idiota. Vestiam calça e camisa de algodão riscado, a mesma roupa com que uma semana antes arpoavam pirarucus ou plantavam mandioca nas roças da beira do rio. Alguns, aqueles de quem se desconfiava, por mais valentes e ágeis, traziam algemas.

As portas e as janelas das ruas por onde passava a nova leva de recrutas estavam apinhadas de gente. As mulheres e as crianças corriam avê-los de perto, conservando-se, porém, a uma distância respeitável dos guardas nacionais, que marchavam pesadamente, acahnados, vestidos na sua jaqueta de velho pano azul, quase vermelho, e vexados com a comprida baioneta colocada muito atrás, a bater-lhes os rins num compasso irregular, conforme com os acidentes das ruas mal calçadas. O povo comentava o caso, analisava a fisionomia dos novos soldados, daqueles heróicos defensores da Pátria, carneiros levados em récuas para o açougue.

As exclamações cruzavam-se, as pilhérias atravessavam a rua e caíam duras como pedras sobre as cabeças impassíveis dos guardas nacionais, pobres operários, honrados roceiros, arrancados à oficina ou à lavoura para guarnecerem a cidade e fazerem o serviço

da polícia ausente. Outras vezes, eram lamentações e condolências da sorte daqueles pobres diabos que nem sabiam naquele momento se voltariam a ver a terra adorada do Amazonas.

Os curumins anunciam os recrutas à medida que se aproximavam:

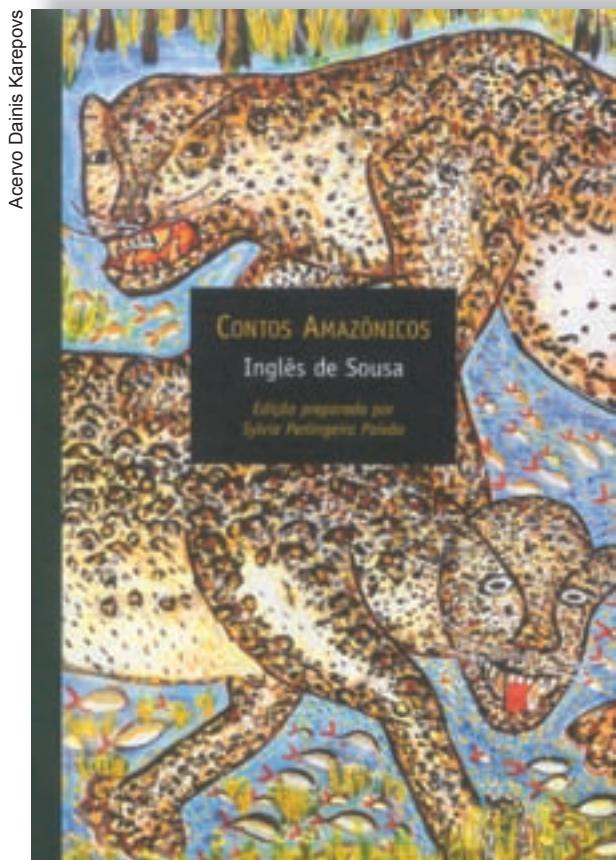
– Os voluntários! Os voluntários!

– Voluntários de pau e corda! – disse causticamente o vigário padre Pereira, fumando cigarros à porta de uma loja.

Já mais adiante, os curumins repetiam numa ironia inconsciente:

– Os voluntários, olha os voluntários!

Os recrutas caminhavam sob um sol ardente, seguidos das mães, das irmãs e das noivas, que soluçavam alto, numa prantina desordenada, chamando a atenção do povo. Os homens iam silenciosos como se acompanhasssem um enterro. Ninguém se atrevia a levantar a voz contra a autoridade. Se a fuga fosse possível, nenhum daqueles homens deixaria de facilitá-la. Mas como fugir em pleno dia, no meio de tantos guardas nacionais armados e prevenidos? Nada, mais valia resignar-se e sofrer calado, que sempre se lucrava alguma coisa.



Terceira edição (2004)

Chegaram ao porto e avistaram o vapor que fumegava, prestes a partir. As canoas que os deviam conduzir para o paquete estavam prontas. Começou o embarque em boa ordem. Nenhum dos recrutas abraçou amigos e parentes; os adeuses trocaram-se com os olhos e com as mãos, de longe.

Quando as canoas largaram da praia, as mulheres romperam num clamor; e os tapuios, acocorados ao fundo da igaré que os separava da ribanceira, seguiam com a vista a terra que recuava, fugindo deles. Tinham os olhos secos, mas amortecidos. Um deixava naquela saudosa praia a mãe doente e entrevada, arrastada até ali para soluçar a última despedida ao filho que partia para a guerra. E o voluntário, resignado à morte com que contava nos sertões do sul, tinha o coração apertado, pensando na miséria em que deixava a velhinha, obrigada dali em diante a viver de esmolas. Outro pensava na sua roça nova, aberta pelo S. João, havia seis meses apenas, com tanto amor e trabalho, e que seria dentro em breve pasto de capivaras daniñas e de macacos gulosos; ou na montaria de pesca, abandonada no porto, para presa do primeiro ladrão que passasse. Este sonhava com as longas horas de imobilidade ansiosa, nas brumas da antemanhã, de pé na canoa, esperando o primeiro respirar do pirarucu possante; aquele com a gentil namorada, tanto tempo cobiçada e quase noiva, que não teria paciência para esperar-lhe a volta incerta. E todos pálidos, desesperados, sombrios, sentiam no supremo momento da separação que tudo estava perdido, e a morte, uma morte terrível e misteriosa os esperava lá nas terras em que dominava o monstro do Paraguai, devorador de carne humana.

Apesar da tristeza do espetáculo que me compungia o coração, não pude deixar de alegrar-me por não ver entre os recrutas o filho da velha Rosa. Acompanhei a leva desde o quartel até à praia, vi-a embarcar, não me afastei enquanto o vapor não levantou ferros e procurou a barra do Tapajós, soltando um silvo rouco e prolongado. Adquiri então a certeza de que Pedro não embarcara, de que ficara em terra, e dessa convicção augrei as melhores esperanças. Se o delegado o não enviara por aquele vapor, fora certamente por não haver ainda jurado bandeira, e duvidoso se fazia o caso do seu recrutamento, em face dos fundamentos do habeas corpus requerido. Em todo o caso, mesmo considerando a polícia bem recrutado o tapuio, tinha diante de mim oito ou dez dias, o intervalo de uma chegada de paquete a outra, para trabalhar em seu favor.

Comuniquei a nova à tia Rosa que fui encontrar sentada à porta do juiz de direito, onde passara a noite. Não partilhou da minha convicção. Na sua opinião, eu estava enfeitiçado. Pedro não estava no quartel e, portanto, seguiria naquele mesmo vapor para a capital.

Levei à conta de demência a incredulidade da velha e entrei na casa do juiz para informar-me do resultado do habeas corpus.

O magistrado disse-me com alguma tristeza:

– Escusado é tentar mais nada. O rapaz já embarcou.

E como me visse atônito, sem ânimo de proferir palavra, comprehendeu o meu espanto e acrescentou:

– Desconfiaram de mim. Ontem à noite mandaram-no numa canoa bem tripulada esperar o vapor a meia léguia da boca do rio.

A indignação fez-me ultrapassar os limites da conveniência. Perguntei, irado, ao juiz como se deixara ele assim burlar pela polícia, expondo a dignidade do seu cargo ao menosprezo de um funcionário subalterno. Mas ele, sorrindo misteriosamente, bateu-me no ombro e disse em tom paternal:

– Colega, você ainda é muito moço. Manda quem pode. Não queira ser palmatória do mundo.

E acrescentou alegremente:

– Olhe, sabe uma coisa? Vamos tomar café.

Ainda há bem pouco tempo, vagava pela cidade de Santarém uma pobre tapuia doida. A maior parte do dia passava-o a percorrer a praia, com o olhar perdido no horizonte, cantando com voz trêmula e desenxabida a quadrinha popular:

Meu anel de diamantes  
caiu n'água e foi ao fundo;  
os peixinhos me disseram:  
viva Dom Pedro Segundo!

## GLOSSÁRIO

**atingal** – aglomerado de atingas, vegetação típica do limite da mata com os alagados.

**canarana** – capim que cresce na água dos rios da Amazônia.

**cuiambuca** – o mesmo que cumbuca.

**igaré** – tipo de canoa.

**japá** – esteira feita de folha de palmeira, substitui a madeira nas portas e janelas, serve de toldo nas embarcações e para cobrir barracas, alpendres etc.

**maqueira** – rede para dormir.

**tananá** – inseto da Amazônia que emite um forte som agudo.

**tapuio** – índio ou mestiço de índio.

**tucum** – fibra tirada da palmeira de mesmo nome.

**ventrecha** – posta de peixe, que se segue à cabeça.